



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUESTÃO RURAL E SERVIÇO SOCIAL: INDICAÇÕES
SOBRE O DEBATE**

Ana Luiza Avelar de Oliveira¹

Resumo

Este trabalho trata da relação entre a política de assistência social, a questão rural e o trabalho do assistente social. Ele se configura como uma primeira aproximação com o tema, a partir de fontes secundárias de pesquisa, a fim de se construir uma apropriação da discussão. A referência teórica utilizada no trabalho possibilita aprimorar as reflexões sobre o assunto tratado, e estas se tornam fonte da construção do conhecimento e ferramenta de análise da realidade social.

Palavras-chave: Questão agrária. Política de assistência social. Serviço social.

**SOCIAL ASSISTANCE, AND AGRARIAN ISSUES SOCIAL SERVICES:
INDICATION OF THE DEBATE**

Abstract

This work approaches the relationship between social assistance policy, agrarian issues and the work of the social worker. It is configured as a first approach to the subject, from secondary research sources in order to build a discussion of ownership. The theoretical reference used at work allows enhance reflections on the subject matter, and these become the source of knowledge building and analysis tool of social reality.

Keywords: Agrarian issues. Social assistance policy. Social work.

1. INTRODUÇÃO

O objeto do trabalho proposto é trazer uma reflexão sobre a atuação do assistente social, na política de assistência social, junto aos trabalhadores rurais, a partir da análise da pesquisa realizada por Raquel Santos Sant'Ana em municípios do interior do estado de São Paulo.

Para proceder à análise, o trabalho está metodologicamente dividido em quatro partes, sendo que a primeira se destina a trazer uma breve reflexão sobre a profissão, levando em conta os caminhos percorridos os longo dos anos; a segunda parte trará elementos que possibilite analisar e compreender a questão agrária como uma das

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Serviço Social e professora designada do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de ensino Carangola. E-mail: <analuiza_avelar@yahoo.com.br>.

refrações da questão social; já na terceira parte será traçado um breve esboço de como se configura a política de assistência social na contemporaneidade para, por fim, discutir a atuação do assistente social nesta política com as particularidades da questão agrária.

É importante frisar que a análise que está proposta para este trabalho tem como intenção apenas uma aproximação inicial ao tema, sem a pretensão de esgotar as discussões postas a este.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Os fundamentos do Serviço Social e o seu objeto de trabalho.

Os assistentes sociais trabalham com as diferentes expressões da questão social, situando-se em um espaço movido por interesses diversos, esclarecendo a população sobre seus direitos e como conseguir o acesso a estes. O significado desse trabalho muda quando o acesso a tais direitos são entendidos como referentes a operações de compra e venda. O processo histórico da profissão se dá na implementação de políticas públicas. Ainda que esse perfil continue sendo dominante, ele não é mais exclusivo, requerendo aos assistentes sociais novas atribuições e competências e novas exigências de qualificações.

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implementação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos. (IAMAMOTO, 2009a, p. 367).

Segundo Iamamoto (2006), a questão social está intrinsecamente vinculada a organização da sociedade capitalista, na qual acirra as relações de desigualdade, miséria e pobreza, pois a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dos seus frutos mantêm-se monopolizada por uma parte da sociedade, expressando disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, atingindo a vida dos sujeitos numa luta pela cidadania e no embate pelo respeito aos direitos políticos, sociais, civis e humanos.

Segundo Netto (2001), o termo surge no pensamento conservador no primeiro terço do século XIX, para dar conta do fenômeno do pauperismo absoluto massivo da população trabalhadora. De acordo com Iamamoto (2007), ela foi tratada do ponto de

vista da classe dominante como uma ameaça que a luta de classes representava a ordem instituída. Dessa forma, para o pensamento conservador a “questão social” vai sendo naturalizada e convertida em objeto de ação de ação moralizadora (NETTO, 2001).

Ainda segundo o autor (2001), a partir da análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, Marx constata que a precisão da dinâmica da “questão social” é um complexo muito mais amplo e irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo. Para Marx “a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2001. p. 45).

Sua estrutura tem três pilares centrais: em primeiro lugar, podemos afirmar que a “questão social” propriamente dita remete à relação capital/trabalho (exploração), seja vinculada diretamente com o trabalho assalariado ou com o “não trabalho”; em segundo, que o atendimento da “questão social” vincula-se diretamente àqueles problemas e grupos sociais que podem colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista. (PASTORINI, 2004, p. 114).

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, passando por seus períodos cíclicos de crises², as mudanças que se processam na sociedade, fazem com que haja mudanças também nas expressões da questão social e na forma como o Estado a responde.

A hipótese é que na raiz da “questão social” na atualidade, encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos, nos campos monetário e financeiro, e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações. (IAMAMOTO, 2009b, p. 31).

Assim, a questão social na atualidade é vista como um processo de “criminalização”, que envolve as classes subalternas, retornando a concepção de “classe perigosa” e não mais a de “classe trabalhadora”, podendo vir a ser reprimida e excluída.

Dessa forma a questão social, volta a ser tratada como caso de polícia, ao invés de uma ação do Estado, no que diz respeito às necessidades básicas da classe subalterna.

² Interessa nesse momento para o desenvolvimento deste trabalho a crise de 1970, devido às profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho derivadas desta.

Segundo Yamamoto (2002), os tratamentos assumidos pela questão social, possuem características clientelistas, onde os serviços prestados aos trabalhadores são vistos como benefícios e favores, e não como direitos dos mesmos.

Essa forma de caracterizar direitos como benefícios e transferir a responsabilidade da execução de políticas sociais do Estado para setores do mercado, quando rentáveis, e da sociedade civil é característica do contexto do neoliberalismo, no qual ocorre, além da minimização da presença do Estado nas políticas sociais, (em que este é submetido cada vez mais aos interesses políticos e econômicos dominantes), estas ficam cada vez mais “focalizadas, descentralizadas e privatizadas”, presenciando a destituição dos serviços sociais públicos, em consequência da desresponsabilização do Estado, caracterizando o discurso difundido pelo neoliberalismo, que tem a “[...] espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira [...]”: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado. É isso que se verifica no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2006, p. 37).

Tendo em vista que, como já dito anteriormente, a questão social é o objeto de trabalho dos assistentes sociais e que a maioria desses profissionais trabalha diretamente no seu exercício profissional com a execução de políticas sociais, e que estas são respostas do Estado para a “questão social”, analisar e interpretar as mudanças que ocorrem nas políticas sociais é analisar a forma como o Estado passa a responder a ela. Dessa forma, para entender o significado do trabalho do assistente social é imprescindível que se entenda a conformação de tais políticas.

Dessa forma, o exercício profissional do assistente social realiza-se enquanto trabalho assalariado, tendo a esfera do Estado e nos organismos privados os seus maiores empregadores, perfilando o seu mercado de trabalho.

Para Yamamoto,

A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna nos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional. (IAMAMOTO, 2009a, p. 348).

Nota-se nesse contexto, uma tensão entre o projeto profissional que afirma o assistente social como um profissional dotado de liberdade e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são voltadas ao poder dos empregadores.

Sendo o assistente social um trabalhador, vende sua força de trabalho aos empregadores em troca de um equivalente expresso na forma monetária, ingressando nas instituições como parte de um coletivo de trabalhadores, que executa ações institucionais, tendo como resultado final algo fruto do trabalho combinado, assumindo perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais.

Segundo Iamamoto (2009b) são inúmeros os desafios profissionais para o Serviço Social na atualidade, dentre eles destaca-se a exigência de uma rigorosa formação teórico-metodológica capaz de explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças; um rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica na formação universitária, devido à expansão do ensino superior privado e da graduação a distância; articulação com entidades e diversos movimentos sociais e políticos em defesa do trabalho e da garantia dos direitos; afirmação e defesa do projeto profissional no trabalho cotidiano, bem como a participação qualificada em espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta e; ter um posicionamento crítico e ofensivo em busca da defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, aumentando a autonomia profissional.

Dessa forma, segundo Iamamoto (2009a) é importante que nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que o profissional se insere, que ele impulse o desenvolvimento de pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho da população atendida, buscando entender assim seus usuários e as expressões da “questão social” que eles vivenciam.

2.2 Serviço Social e Questão Agrária

Como dito anteriormente as refrações da questão social são o objeto de trabalho do assistente social. Entender a questão agrária como particularidade da questão social é ter a perspectiva de totalidade de Marx como pressuposto, uma vez que a totalidade é composta por múltiplas determinações.

De acordo com Iani (1989) a sociedade se apresenta como uma vasta fábrica de desigualdades e antagonismo que constituem a questão social. Esta por sua vez

apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais, envolvendo operários e camponeses, estando presentes em negros em certos espaços, índios em outros.

Garcia (1998 *apud* SILVA) reporta-se a Yamamoto, uma vez que compreendem a questão agrária como uma síntese privilegiada de tensões e determinações envolvidas na produção histórica da questão social no Brasil, ao mesmo tempo em que sintetiza as manifestações particulares da questão social no meio rural.

Segundo Sant'ana (2012),

Na realidade, as particularidades da questão social resultantes do embate de classes advindo das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que a constituem irá inviabilizar uma análise da realidade a partir do mundo do trabalho. (SANT'ANA, 2012, p.152).

De acordo com Santa'ana (2012) o assistente social poderá apreender a questão social em suas mediações concretas com a universalidade posta pelo cotidiano, dentre as quais se situam as relações de trabalho em meio rural. O Serviço Social se relaciona com as manifestações singulares resultantes da questão agrária, sem, porém entendê-las como resultados das lutas de classes, compreendendo o trabalhador ou ex-trabalhador apenas como usuário de um serviço, perdendo a perspectiva de pertencimento de classe.

Ainda segundo a autora, até o momento ainda não há no interior da profissão um grande acúmulo teórico no que concerne a questão agrária, o que faz com que os assistentes sociais a entendam de forma restrita, como comprovado pelos congressos da categoria, compreendendo-a apenas as manifestações problemáticas do meio rural, bem como pela ausência de artigos relacionados a temática em periódicos especializados de Serviço Social. Outro fato que comprova a dificuldade de mediação entre questão agrária e Serviço Social é que as pesquisas que tratam desta temática raramente tratam da profissão.

A questão agrária, para Sant'ana (2012) expressa os diferentes conflitos que ocorrem devido ao uso da terra ou da relação entre capitalXtrabalho geradas ou aprofundadas pelo modelo agrário vigente. No contexto atual do desenvolvimento do capitalismo, são estas relações que dão a formatação ao modelo de desenvolvimento agrário, ainda que alguns conflitos existentes extravasem o âmbito específico das relações entre capital e trabalho.

Como dito anteriormente o assistente social, sendo um trabalhador assalariado atua em diversos espaços sócio ocupacionais e sua atuação junto a questão agrária pode ocorrer de forma direta, ou seja, quando o foco do trabalho profissional tem por objetivo as relações decorrentes da estruturação do modelo agrário, tanto no campo quanto na cidade, podendo ser citado como exemplo de campos de atuação profissional a agroindústria e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Quando o vínculo do Serviço Social com a questão agrária é mediado pelo universo urbano, muitas vezes ele não é percebido pelos profissionais, especialmente quando manifestas nas políticas sociais, em municípios de pequeno porte que tem características rurais e o embate de classes ocorre principalmente a partir do modelo de desenvolvimento agrário.

Essa dificuldade para perceber tal particularidade da questão social faz com que, muitas vezes, os assistentes sociais não destaquem da devida forma a vínculo empregatício e a ocupação dos usuários. Por este motivo a visibilidade da questão agrária não ocorre da forma como deveria, o que acarreta na não quantificação deste embricamento da questão agraria na formatação da atuação profissional (SANT'ANA, 2012).

De acordo com as profissionais ouvidas pela pesquisa realizada por Sant'ana (2012),

O trabalhador rural assalariado é o principal usuário da política de assistência, seja na condição de migrante que não conseguiu trabalho, que quer transferir benefícios sociais, que chega ao município sem nenhum pertence e precisa de recursos ate receber salário, seja na condição de trabalhador residente que está desempregado, idoso ou doente, ou mesmo que não está conseguindo por meio do trabalho garantir sua reprodução social, tamanho o nível de exploração vivenciada. (SANT'ANA, 2012, p.154).

Segundo a autora, as reflexões da pesquisa remetem especialmente ao setor sucroalcooleiro, pois os municípios pesquisados tinha a agroindústria canavieira sua principal atividade econômica, porém a questão extrapola o universo do setor. Os dados da pesquisa serão trabalhados posteriormente, uma vez que primeiramente será dado um breve esboço da configuração da política de assistência social nos dias de hoje.

2.3 A política de assistência social na contemporaneidade.

De acordo com Behring (2008), as políticas sociais que integram o sistema de seguridade social brasileiro, não se organizam com intuito de formar um amplo e articulado mecanismo de proteção, mas adquirem uma perversa posição de conformarem uma unidade contraditória, na medida em que enquanto há um avanço em direção a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, fazendo com que haja restrição de acesso e de benefícios, a assistência social se amplia, enquanto política não contributiva, se transformando no principal mecanismo de proteção social no Brasil.

Atualmente a política de assistência social esta assumindo um papel na esfera da proteção social que tentar suprir necessidades que seriam no âmbito de outras políticas, o que faz com que esta adquira a condição de mecanismo integrador, papel que deveria ser desempenhado pelo trabalho. Tal fato garante à assistência social um papel central na seguridade social, sendo este anteriormente desempenhado pela previdência social, que, segundo Mota (2010), “[...] assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho”.

De acordo com Mota (2010) há uma diferença entre o modelo de desenvolvimento proposto por Lula e seu discurso, uma vez que tal modelo não comporta crescimento com equidade, sustentabilidade ambiental e nem tampouco enfrentamento das desigualdades sociais. Dessa forma as políticas sociais desenvolvidas no período, não são capazes de cumprir os objetos a que em tese se propõe, uma vez que não visam a superação da ordem, não garantindo dessa forma a emancipação humana da classe trabalhadora e não são capazes de atingir o conjunto da classe trabalhadora. Estas se caracterizam por serem políticas focalizadas, seletivas e, na maioria das vezes, como o caso das políticas de transferência de renda, com um critério de renda bem rígido³.

Segundo Behring (2008) os programas de combate a pobreza, apenas se dirige a parcela da população atingida pela pauperização absoluta ou relativa, instaurando uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar por serviços

³ Atualmente para se ter acesso ao BPC é necessário ter uma renda familiar per capita de um quarto do salário mínimo, já para o Programa Bolsa Família esse critério é ainda menor, sendo de até R\$ 70,00 por pessoa.

sociais, fazendo uma articulação entre assistencialismo e mercado livre.

Acredita-se que há um retrocesso no campo dos direitos já consolidados, uma vez que há uma crescente mercantilização das políticas públicas, como a saúde e educação e há um crescimento da política de assistência em relação às demais, se apresentando atualmente “[...] como estratégia de integração responsável em possibilitar a reprodução economia e social de uma parcela significativa e crescente da população brasileira” (SITKOVSKY, 2008, p.158). Devido a centralidade da política de assistência em relação às demais e como esta se configura percebe-se que atualmente vem ocorrendo um fenômeno de assistencialização e privatização da proteção social, sendo que, devido a centralidade da política de assistência, transformando-a, segundo Mota (2008) “[...] no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio da classe trabalhadora”.

No governo Lula nota-se que o atendimento das demandas das classes subalternas, é realizado, segundo Coutinho (2010) no âmbito da “pequena política”, retirando das reivindicações o caráter de classe e naturalizando a pobreza. Dessa forma, segundo Mota (2012), a partir das políticas compensatórias desenvolvidas no período, foi possível o atendimento de algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes.

De acordo com Oliveira (2007), instaurou-se no Brasil uma hegemonia às avessas, na qual “[...] os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista”.

É imprescindível esclarecer que, na atual configuração da política de assistência, ela não é capaz de integrar tal parcela que encontra-se, como se convencionou erroneamente a chamar, excluída, mas apenas se constitui numa política “pobre para os pobres”.

No conjunto das políticas desenvolvidas no governo Lula, o programa Bolsa Família vem assumindo importância central. Uma vez que se trata de um programa de transferência de renda, o que se percebe no “Brasil real” é que este é um programa que transformou-se em uma arma político-eleitoral e ideológica de grande importância no cenário e atual e que tem a finalidade de compensar a política econômica liberal-ortodoxa adotada (FIGUEIRAS; GONCALVES, 2007).

É um programa que tem um caráter seletivo e restrito, assim como outros da política de assistência, que, apesar de ter por finalidade a integração de parcela da população, o que se percebe é que é um programa com caráter de exclusão, uma vez que a parcela da população que encontra-se inserida, mesmo que precariamente, no mercado de trabalho, não pode acessá-la.

De acordo com Figueiras e Gonçalves (2007),

A política social focalizada de combate à pobreza nasce e se articula intimamente com as reformas liberais e tem por função compensar, de forma parcial e muito limitada, os estragos socioeconômicos promovidos pelo modelo liberal periférico e suas políticas econômicas – baixo crescimento, pobreza, elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos, enfim, um processo generalizado de precarização do trabalho. Dessa forma, o casamento entre políticas sociais ortodoxas e políticas focalizadas de combate à pobreza foi acompanhado de uma redução relativa das já limitadas políticas universais. (FIGUEIRAS; GONCALVES, 2007, p. 155,156).

Para uma grande parcela da população, a assistência social, e os programas que vem sendo desenvolvidos nessa, “[...] assume a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 189).

Apesar de se considerar a importância dos programas de transferência de renda, uma vez que, muitas vezes o valor do benefício recebido é a única fonte de renda da família, acredita-se que como atualmente encontra-se estruturado, o programa não é capaz de criar novas perspectivas para as famílias que neles se inserem, apenas reforçam sua condição de “exclusão”. Outro fato importante de se destacar é que este não pode ser considerado como um programa de renda mínima, uma vez que, além de não ter caráter universal de acesso, o valor dos benefícios não garantem as necessidades mínimas reais de sobrevivência.

Sendo assim, a partir do exposto, compactua-se com a ideia de Figueiras e Gonçalves (2007), na medida em que também considera-se que a política social no governo Lula “[...] combina perfeitamente a flexibilização e precarização do trabalho com políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza”.

2.4 A atuação profissional do assistente social⁴

⁴ Antes de iniciarmos as discussões propostas para esta sessão, é necessário frisar que todo o conteúdo discutido aqui será baseado nos resultados da pesquisa realizadas por Sant’ana que teve seus dados

No intuito de identificar a presença concreta e cotidiana da questão agrária na atuação profissional do assistente social, foi realizada por Sant'ana (2012) uma pesquisa com profissionais de alguns municípios cuja base da atividade econômica são as agroindústrias. Essas profissionais são responsáveis pela efetivação da política de assistência social nos municípios nos quais trabalham, principalmente o plantão social. Um fato relevante observado pelo estudo é que a sobrecarga de trabalho atinge todas as profissionais, visto que em alguns casos as profissionais são as únicas responsáveis por todos os programas existentes, em outros atual como gestoras, ou, mesmo aquelas que atua em equipe, são responsáveis pelo Plantão Social. A partir da pesquisa é possível notar que a maioria das profissionais são recém contratadas, fato que pode ser comprovado pela expansão da política de assistência social principalmente a partir de 2008, e pela tendência à municipalização promovida por esta.

Devido o período em que a pesquisa foi realizada, nos municípios pesquisados, a maioria ainda estava em fase de implementação da política de assistência social, e algumas profissionais estavam realizando, junto aos poderes locais um trabalho que tinha o objetivo de dar a esta política pública uma formatação de direitos de cidadania, mas que, em geral, não tornaria possível a mudança de concepção, uma vez que as profissionais não tem força política suficiente para definir os rumos da política de assistência nos municípios.

A política de assistência social, como mencionado anteriormente, desenvolve principalmente programas de transferência de renda, como o caso do Bolsa Família. Tais programas são desenvolvidos pelo governo federal e como contrapartida municipal exige-se o acompanhamento das famílias beneficiárias. A forma mais frequente como é realizada tal contrapartida é através de cursos e/ou reuniões com a população. Nessas há um contato direto do profissional com a população e, apesar de não ser uma decisão consciente por parte dos profissionais, a partir da maneira como as ações são desenvolvidas por eles, é possível que se trabalhe a partir de uma perspectiva emancipatória, na tentativa de criar uma consciência crítica pelos cidadãos ali presentes que os permita apreender sua condição de classe e as relações de exploração a que são submetidos. Quando o profissional trabalha a partir de uma perspectiva individualizante,

coletados entre os anos de 2006 e 2008. A pesquisa foi realizada com 15 profissionais de 14 municípios do interior de São Paulo.

reforça com aquela população a ideologia dominante, a partir de seus processos de dominação cultural, política e econômica.

Em relação aos programas municipais desenvolvidos que eram destinados aos trabalhadores rurais, percebe-se que a perspectiva na qual foram planejados apenas tem a função de controle e despolitização das relações sociais, não fortalecendo entre os trabalhadores a ênfase destes enquanto sujeitos coletivos.

Devido a formatação legal da política de assistência social, que utiliza termos como vulnerabilidades sociais e mínimos sociais, há a dificuldade por parte dos próprios assistentes sociais para compreender os usuários da política a partir do eixo de classe. Quando perguntadas sobre o principal usuário desta política, a definição era feita por segmentos de gênero, ou situação econômica e geracional.

De acordo com Sant'ana (2012)

À medida que a vulnerabilidade é dada não so a partir da situação econômica, mas envolve também situações de fragilidade momentâneas como a gestação ou adoecimento, a dimensão do trabalho se perde; é como se esta situação de vulnerabilidade pudesse envolver qualquer classe social como usuário da política quando, na prática, esta formatação é um mero instrumento para atender alguns segmentos caracterizados como pobres, mas sobretudo aqueles definidos como abaixo da linha da pobreza. (SANT'ANA, 2012, p.173).

Como dito anteriormente, a política de assistência social, como se configura atualmente, além de ser uma política precária, só permite o acesso daqueles que estão sem acesso ao trabalho, ou aos trabalhadores mais precarizados.

Sant'ana em pesquisa anterior, realizada em 2004 e 2005 na região de Jaboticabal, já havia apontado que nos municípios onde a principal atividade econômica está relacionada as atividades do campo, há uma diferença de demanda dos benefícios da política de assistência social nos períodos de safra e entressafra.

De acordo com algumas assistentes sociais pesquisadas há um aumento da demanda no início do período de safra, devido à presença de migrantes que estão chegando ao município, especialmente quando estes vêm com a família. Já outras profissionais avaliam que a demanda aumenta no período de entressafra, uma vez que são atendidos os trabalhadores residentes e também alguns migrantes que permanecem no município. A principal demanda dos trabalhadores, mesmo que tenha havido uma

ampliação dos programas da política de assistência social, ainda é por recursos imediatos de alimentação e de medicamentos.

Ainda segundo as profissionais, a procura pelos benefícios da assistência social é feita pelos trabalhadores residentes que não são absorvidos pela atividade canavieira, uma vez que esta é a principal atividade econômica do município, e pelos migrantes que chegam sem recursos financeiros e ainda não receberam o primeiro salário, recorrendo assim aos benefícios oferecidos pelo Estado. Uma vez que, ao procurar o plantão social, os trabalhadores ainda estão desempregados, o registro profissional é feito a partir dessa condição de desemprego e não pela profissão, no entanto as profissionais tem clareza de que os usuários ou estão vinculados a atividade canavieira, ou a outra atividade remanescente, realizando trabalhos temporários e que estes ficam escassos na época da entressafra do calendário agrícola.

As assistentes sociais, ao fazerem uma distinção entre migrantes e residentes, perdem a dimensão do trabalho como eixo fundante da sociabilidade, uma vez que tanto os migrantes, quanto os residentes que não conseguem, por meio do trabalho, reproduzir-se e manter sua família são trabalhadores que tem sua força de trabalho explorada por seus empregadores, ou seja o profissional

[...] não reconhecer o seu usuário como membro de uma classe social cujos embates na relação com o capital têm se configurado de maneira tal que esta situação manifesta no universo singular é a mais genuína expressão da questão social. Esta é a tese defendida neste trabalho: o serviço social tem dificuldade para captar a questão agrária como particularidade da questão social porque a sua percepção de realidade não apreende o trabalho como eixo fundante na constituição das relações sociais; isto faz com que o próprio conceito de questão social reduza-se às suas manifestações singulares, ou pior ainda, a um problema social... (SANT'ANA, 2012, p, 176-177).

Ao fazer o registro do trabalhador a partir da situação vivenciada, o assistente social descaracteriza aquilo que dá formatação às manifestações da questão social e que são resultados do modelo de desenvolvimento agrário do país, que tem a forte presença da monocultura, desde a época da colonização, e privilegia a grande agricultura capitalista.

Em relação à presença das agroindústrias nos municípios, para algumas profissionais é positiva, uma vez que elas são as únicas fontes de trabalho direto e indireto existentes nestes, outras profissionais argumentam que trazem problemas

ambientais e sociais, além do gastos públicos em todas as áreas e o aumento do nível de exploração dos trabalhadores, já um outro grupo afirma que causam desmantelamento de pequenas produções e o aguçamento de problemas sociais, porém como se fossem resultantes do processo migratório e não das relações de produção de setor.

A partir do exposto é possível perceber então que o Serviço Social “[...] tem dificuldade de apreender a questão agrária como particularidade da questão social que envolve campo e cidade”. Isso pode ocorrer pelo fato dos profissionais não perceberem a questão social a partir da visão de totalidade, mas a partir de seus rebatimentos, ou seja para a maioria das entrevistadas interpreta os rebatimentos da questão social como manifestações particulares, ou como atendimento da política social (SANT’ANA, 2012, p. 188). Dessa forma, assim como a questão social é aprendida a partir de suas manifestações, a particularidade da questão agrária também fica completamente restrita as suas expressões singulares, manifestas no cotidiano de trabalho do profissional.

Sendo assim, a apreensão da presença da questão agrária no cotidiano do Serviço Social é algo que quase não é discutido e pouco apreendido pelo profissional, o que esse evidencia pelo numero de respostas dúbias sobre a relação entre eles. A falta de discussões durante a formação profissional e a falta de bibliografia sobre o tema fazem com que os profissionais muitas vezes tenham dificuldade de apreender a realidade a partir da perspectiva de classe, fato que pode ser comprovado pela leitura feita por alguns assistentes sociais sobre a reforma agrária, que a interpretam de maneira enviesada, tendo como referência para análise informações difundidas pela mídia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja consenso na categoria profissional hoje que a questão social é o objeto de trabalho do assistente social, percebe-se que, ao analisar a pesquisa realizada por Sant’ana (2012) que ainda não há na categoria a percepção da questão agrária como uma particularidade da questão social.

Em uma sociedade cujos traços de sua formação econômica e social articulam-se o arcaico e o moderno, como a sociedade brasileira, e cuja economia sustenta-se principalmente na agroindústria, é necessário ampliar a discussão essa discussão,

relacionando-a a atuação profissional do assistente social e não de forma descolada de seu exercício profissional.

Como dito anteriormente, muitas vezes, por estar mediado pelo universo urbano o vínculo entre Serviço Social e questão agrária não é percebido, fazendo com que, muitas vezes, os assistentes sociais não compreendam as particularidades do cotidiano dos usuários do meio rural, bem como sua ocupação e vínculos empregatícios, acarretando em uma minimização da relação entre a questão agrária e o cotidiano de trabalho profissional do assistente social, principalmente nos municípios de pequeno porte.

Sendo assim, considera-se necessário ampliar o debate na categoria profissional, a fim de se discutir e debater de forma mais profunda a inter-relação entre a política de assistência social, o trabalho do assistente social e as demandas vindas da população rural, entendendo suas particularidades e desafios.

4. REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E. e TENÓRIO DE ALMEIDA, M.H. (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; RJ: FSS/UERJ/2008.
COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

IAMAMOTO, M. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do Assistente Social em Questão**. Brasília (DF): CFESS, 2002.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): 2009a.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): 2009b.

MOTA. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. *In*. MOTA, A. E. (org.) **O mito da assistência**: ensaios sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. *In*: MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, A., MARANHÃO, C. e SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. *In*. MOTA, A. E. (org.) **O mito da assistência**: ensaios sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Hegemonia às avessas. **Piauí**, n. 4, jan, 2007.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 3, p. 41-45, jan./jun. 2001.

SANT'ANA, R. S. . **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. *In*. MOTA, A. E. (org.). **O mito da assistência**: ensaios sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.